

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Posição: 1º Semestre de 2024

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração.

1 - A INSTITUIÇÃO

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se por seu Estatuto Social, Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Prospecção e Oportunidades de Negócios

Proporcionar a concessão de Crédito as micro e pequena empresas tem sido a marca desta Instituição. Sedo destaque nas liberações de microcrédito, a Agência de Fomento se destaca pelo atendimento aos pequenos empreendimentos, concedendo créditos pulverizados e conscientes.

Para que os resultados fossem alcançados foi preciso um bom planejamento de ações que facilitaram a tomada do crédito, neste trimestre podemos destacar as seguintes ações:

- ✓ No dia 08 de fevereiro a equipe de prospecção e parceria com o Sebrae Regional de Gurupi, realizou atendimento para grupos de empresários locais. Na oportunidade foram explanadas informações sobre a linha de crédito, critérios e documentações necessárias para acesso ao crédito;
- ✓ No dia 08 de fevereiro em Palmas, foi concedida entrevista na rádio 105FM com o tema “Empreendedorismo”. A programação alcançou 56 municípios que receberam informações importantes de como solicitar o crédito;
- ✓ Com o programa Fomento Presente a Equipe de prospecção esteve realizando atendimentos nos dias 28 e 29 de fevereiro na cidade de Colinas do Tocantins. A ação foi realizada com apoio do Sebrae Regional.
- ✓ Nos dias 05 a 07 de março foi realizada ação de alavancagem de crédito na cidade de Araguaína, foram dias de muitas informações para os empreendedores, que teve a nossa equipe em período integral para tirar dúvidas e acessar as nossas linhas de crédito;

- ✓ Em comemoração aos dias das mulheres foi lançado a 4^o edição do programa Mulheres Empreendedoras, reforçando a importância das mulheres em frente os seus negócios.
- ✓ Em Babaçulândia no dia 08 de março, os empreendedores receberam a nossa equipe, que proporcionou um dia de atendimento com todas orientações necessárias para acessar as nossas linhas de crédito;
- ✓ A Agência de Fomento do Tocantins foi representada no Seminário que discutiu o Fundo Geral do Turismo, em Brasília. Os associados da ABDE estavam presentes na reunião. No evento, foram discutidas as condições operacionais, cadeias produtivas do turismo, além de geração de emprego e renda, entre outros temas.
- ✓ Em maio de 2024, após trabalho intensa da Diretoria Executiva, o Ministério do Turismo disponibilizou mais R\$ 15 milhões para a concessão de crédito a empreendimentos turísticos, via Fundo Geral de Turismo (Fungetur). Foi firmado outro termo aditivo ao contrato vigente, visando receber os recursos, cujas taxas de juros são até 5% ao ano mais INPC, o que representa aproximadamente 0,7% ao mês – bem abaixo daquelas praticadas pelo mercado financeiro – e que impulsionaram o setor turístico;
- ✓ Ainda no mês de maio de 2024, foi lançada a linha “Mães Empreendedoras”, uma iniciativa em alusão ao Dia das Mães e ao empoderamento feminino, destacando a importância deste grupo para economia do Tocantins. A linha de crédito destinou-se a micros, pequenas e médias empresas
- ✓ Em parceria com Sine Luzimangues, a Agência de Fomento participou da ação “Desenvolvimento Empresarial em Ação” na oportunidade foi ofertado atendimento, palestras sobre orientação e acesso ao crédito.
- ✓ A Agência de Fomento e a Unitins, firmaram convênio para estabelecer um ponto de atendimento da Agência no Núcleo de Práticas Contábil e Jurídica da Unitins, câmpus de Augustinópolis. Com isso, foi possível aumentar e facilitar a articulação da concessão de empréstimos e linhas de crédito para os empresários da região do Bico do Papagaio;

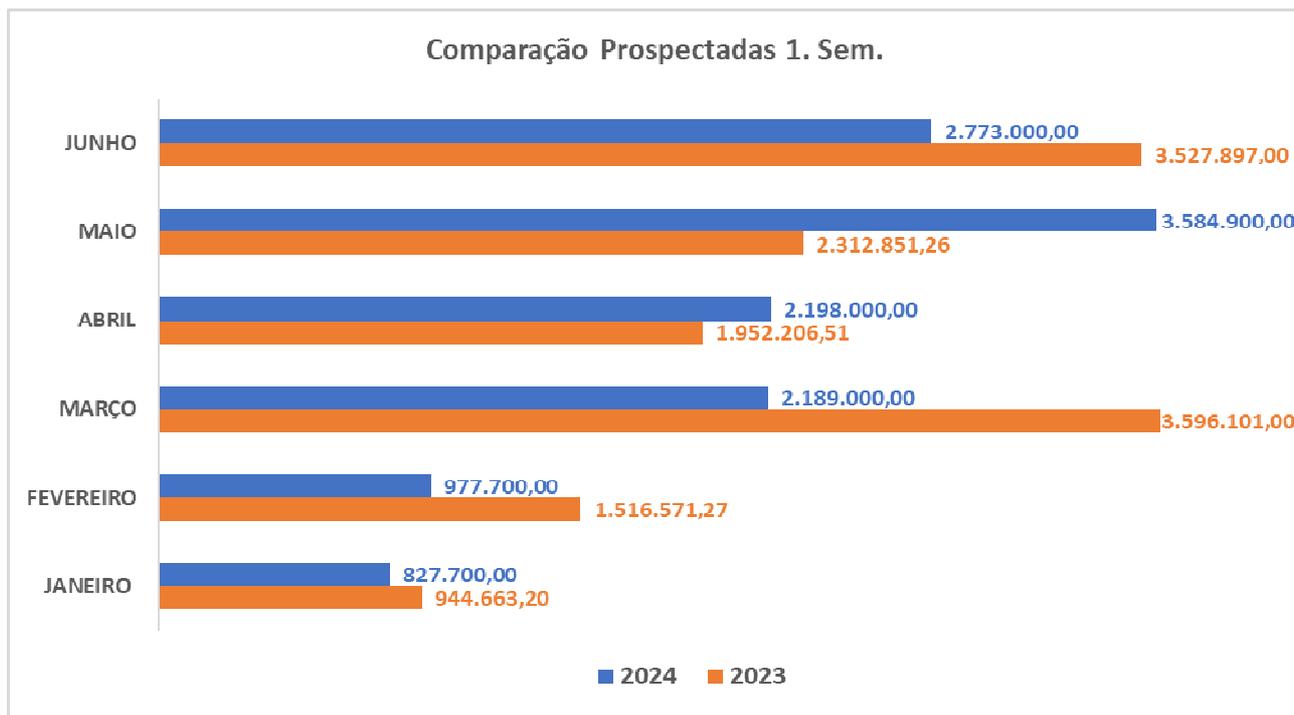
As ações em efetivas nesse semestre foi de extrema importância para o fortalecimento empresarial e superação dos desafios econômicos. É uma forma, enfim, de democratizar o acesso ao crédito e promover o desenvolvimento sustentável da economia.

Neste Semestre foram protocolados em propostas de crédito um montante de R\$ 12.491.600,00. (doze milhões, quatrocentos e noventa e um mil, e seiscentos reais), este valor corresponde ao montante bruto captados.

As propostas de crédito com apresentação de garantias reais (imóvel ou veículo) são protocoladas primeiramente no setor jurídico para emissão de parecer quanto a garantia e posteriormente encaminhadas para análise de crédito onde possível redução poderá ocorrer para enquadramento da capacidade de pagamento e garantias apresentadas.

VALORES DE PROPOSTAS PROTOCOLADAS NO EXERCICIO DE 2023	
JANEIRO	944.663,20
FEVEREIRO	1.516.571,27
MARÇO	3.596.101,00
ABRIL	1.952.206,51
MAIO	2.312.851,26
JUNHO	3.527.897,00
TOTAL	13.850.290,24

VALORES DE PROPOSTAS PROTOCOLADAS NO EXERCICIO DE 2024	
JANEIRO	827.700,00
FEVEREIRO	977.700,00
MARÇO	2.189.000,00
ABRIL	2.198.000,00
MAIO	3.584.900,00
JUNHO	2.773.000,00
TOTAL	12.491.600,00



Total Prospectado em 2023: 13.850.290,24

Total Liberado em 2023: 7.576.957,85



Total Prospectado em 2024: 7.576.957,85

Total Liberado em 2024: 7.109.890,52

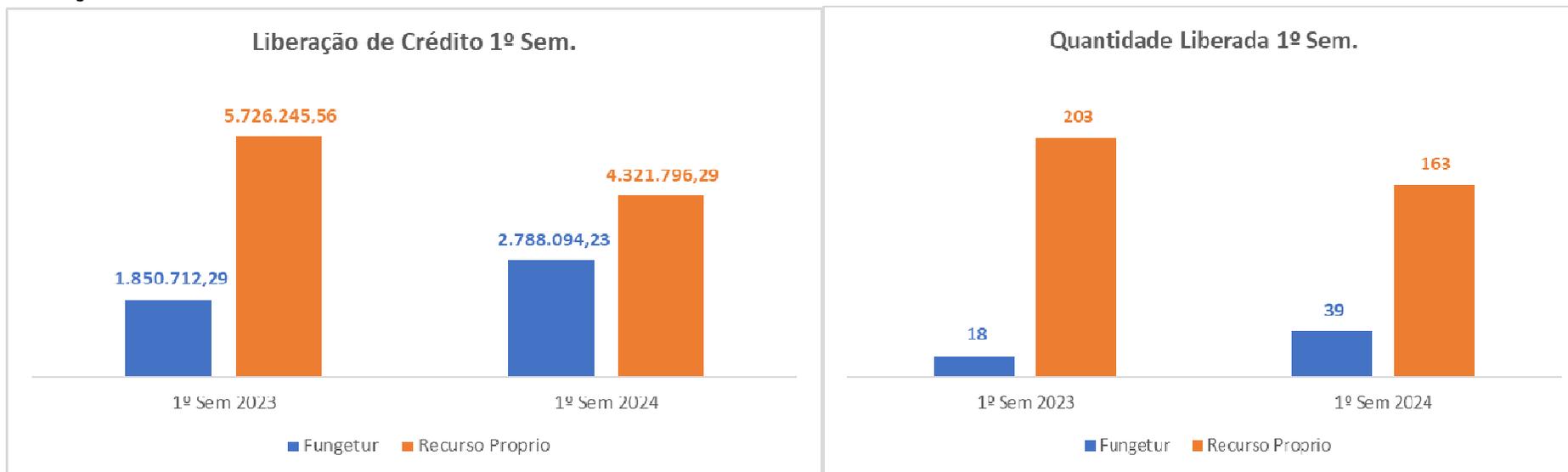
Cidades Atendidas no 1º Semestre de 2024 (Fungetur e Recurso Próprio)

Cidades	Qty	Valor
ANANAS	1	20.857,14
APARECIDA DO RI	1	20.959,39
ARAGUACEMA	1	20.870,88
ARAGUAINA	22	480.515,22
AUGUSTINOPOLIS	2	52.626,53
BABAÇULANDIA	2	880.148,59
BARROLANDIA	1	20.870,92
CARIRI DO TOCAN	1	21.096,83
CENTENARIO	1	26.133,14
COLINAS DO TOCA	3	73.869,66
COMBINADO	1	31.171,47
DIANOPOLIS	1	32.383,42
DUERE	1	10.312,16
FIGUEIROPOLIS	1	31.171,70
FORMOSO DO ARAG	1	31.441,04
GUARAI	1	21.292,45
GURUPI	26	638.893,08
ITACAJA	1	21.150,59
LAGOA DA CONFUS	3	128.215,58
LAGOA DO TOCANT	1	23.022,95
MARIANOPOLIS DO	1	31.561,95
MATEIROS	2	441.519,73
MIRACEMA DO TOC	2	47.135,34
MIRANORTE	2	107.165,56
NATIVIDADE	3	73.649,58
PALMAS	91	2.968.840,38
PALMEIROPOLIS	2	46.829,85
PARAISO DO TOCA	7	201.371,85
PARANA	1	15.883,10

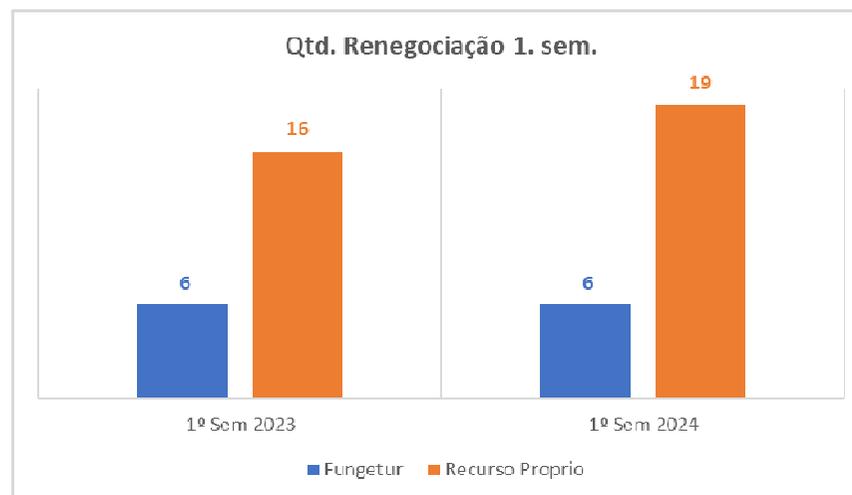
PEDRO AFONSO	1	31.597,08
PEIXE	3	62.585,16
PONTE ALTA DO T	1	31.514,78
PORTO NACIONAL	5	114.166,35
RIO SONO	1	31.515,17
SANTA FE DO ARA	1	20.884,56
SANTA ROSA DO T	1	102.389,08
SANTA TEREZINHA	1	22.970,37
SAO FELIX DO TO	1	87.341,50
SAO SALVADOR DO	1	31.592,41
TOCANTINOPOLIS	1	21.190,93
XAMBIOA	2	31.183,05
	202	7.109.890,52

GESTÃO DE CRÉDITO (RECURSOS PRÓPRIOS, REPASSES E ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS)

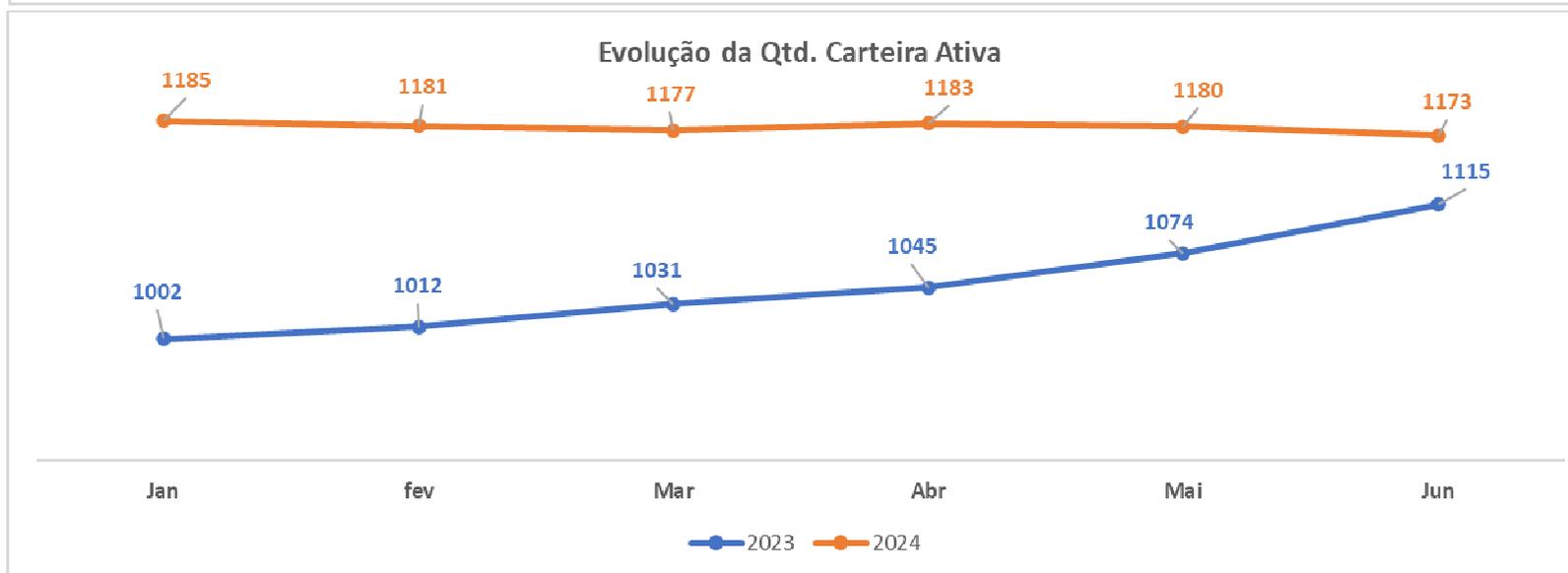
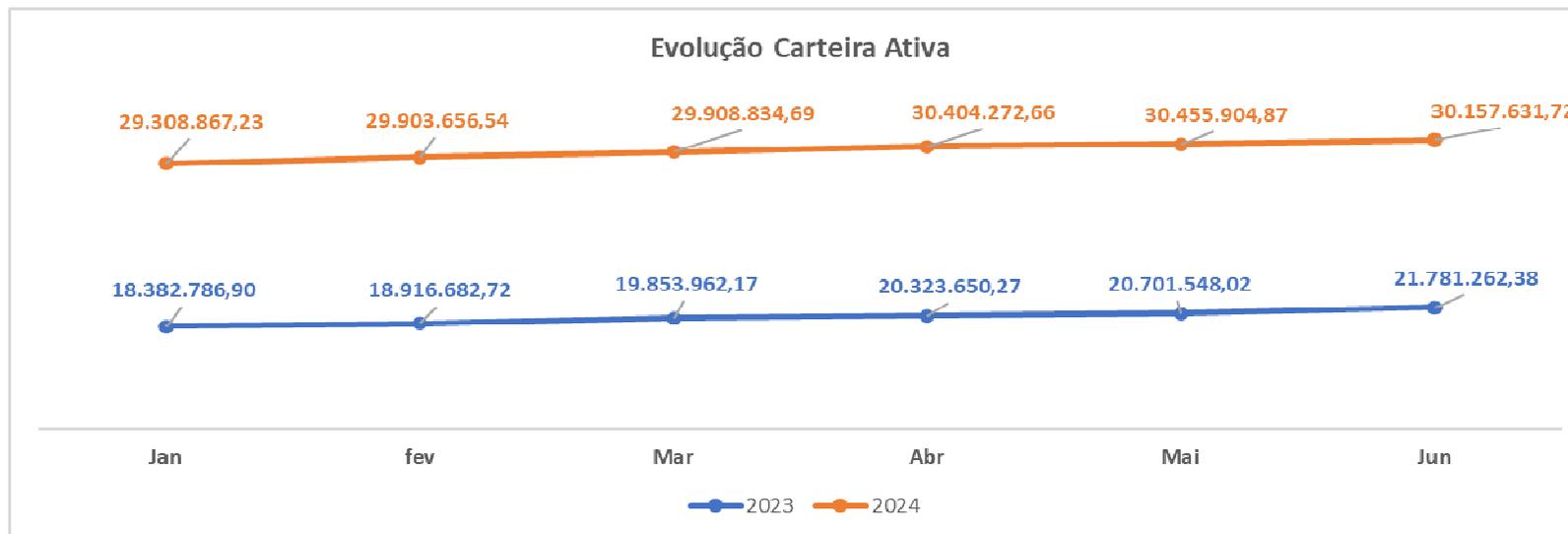
LIBERAÇÃO RECURSO PRÓPRIO E TERCEIROS



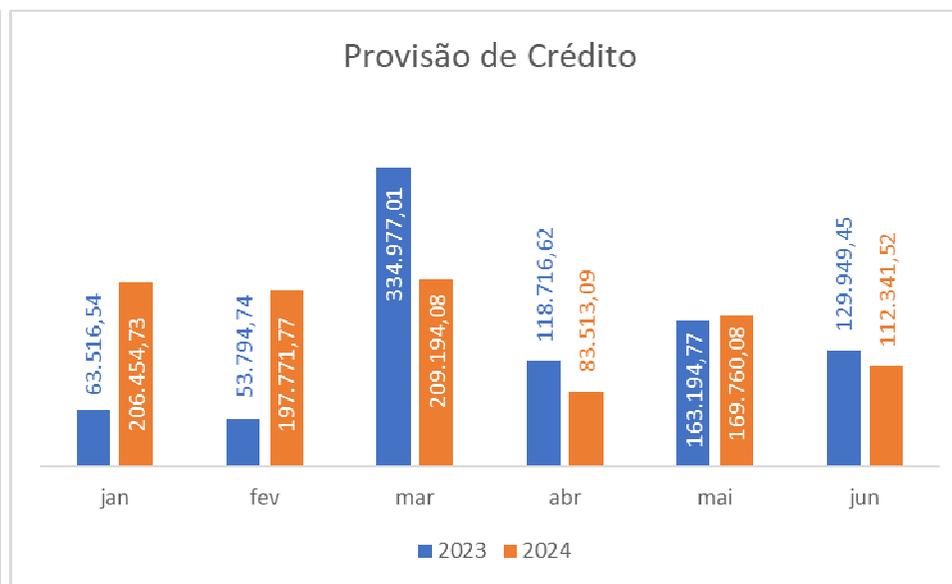
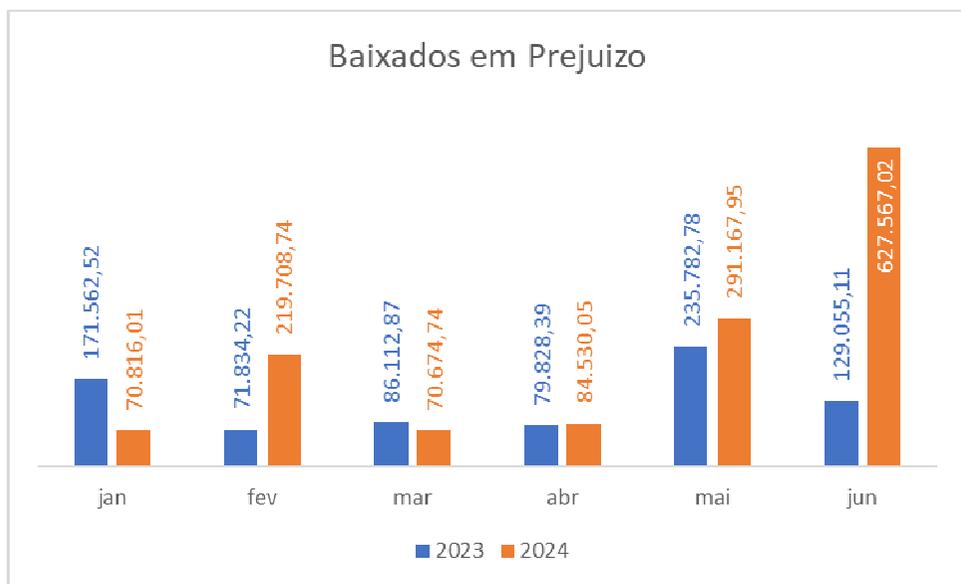
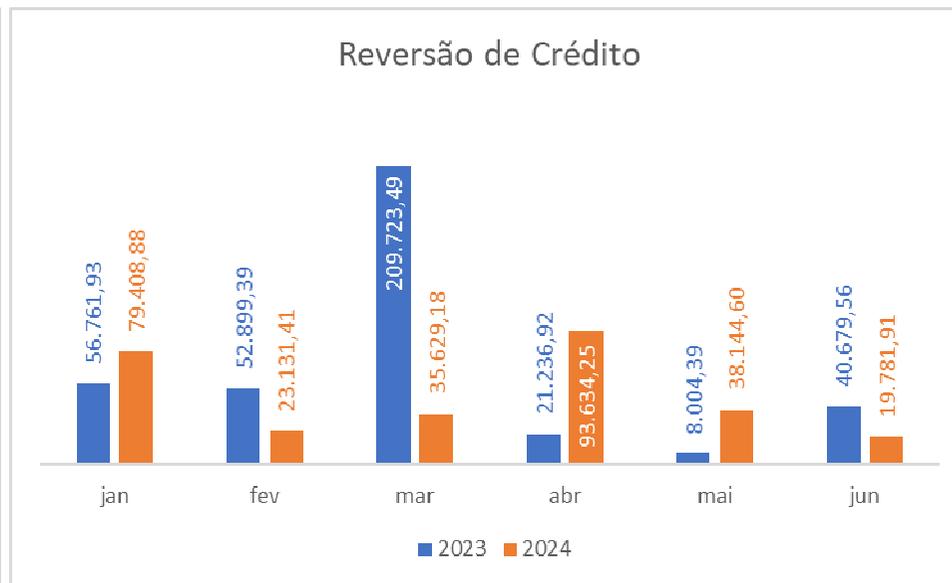
RENEGOCIAÇÃO - RECURSO PRÓPRIO E TERCEIROS

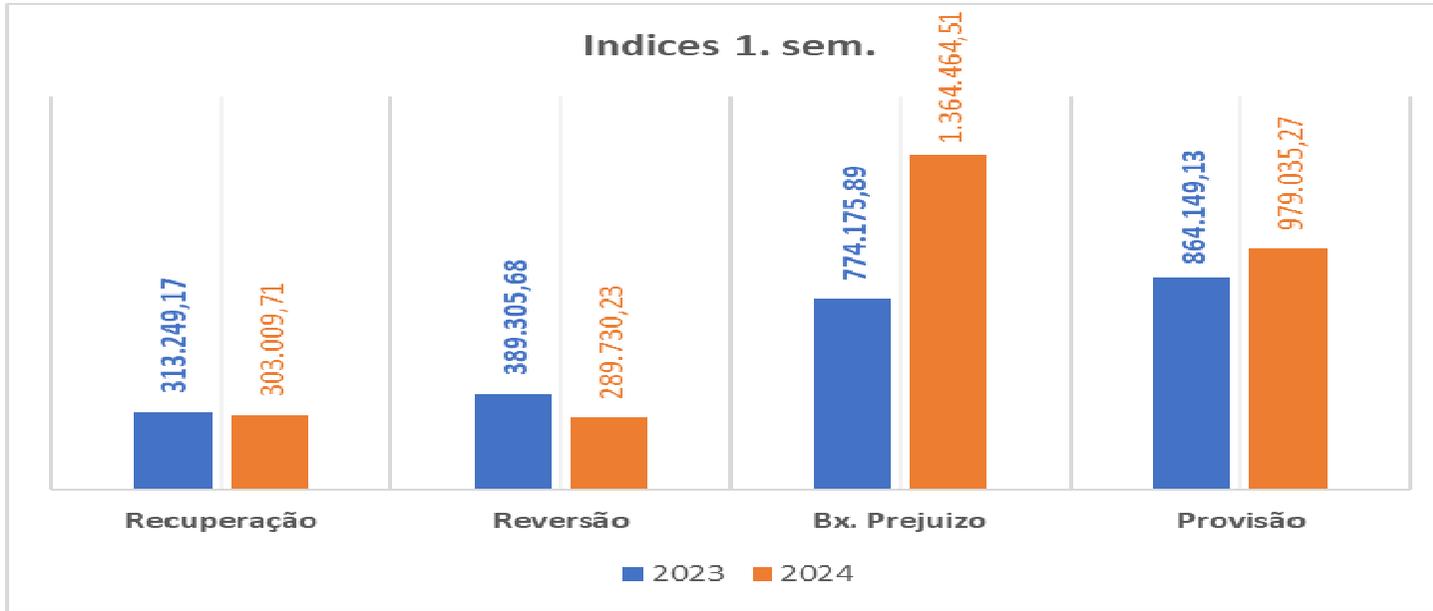


EVOLUÇÃO CARTEIRA ATIVA



RECUPERAÇÃO/REVERSÃO/PREJUÍZO/PROVISÃO - RECURSO PRÓPRIO E TERCEIROS

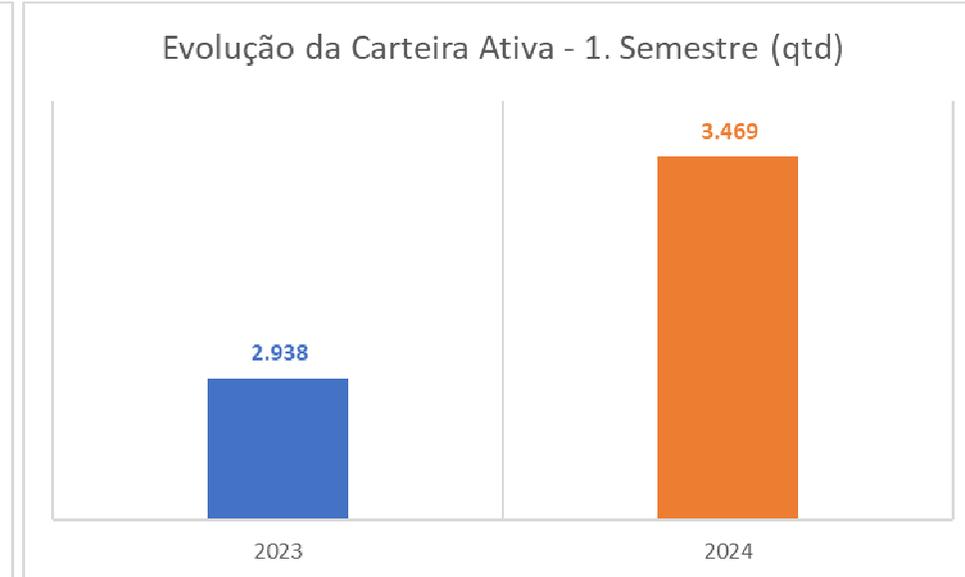
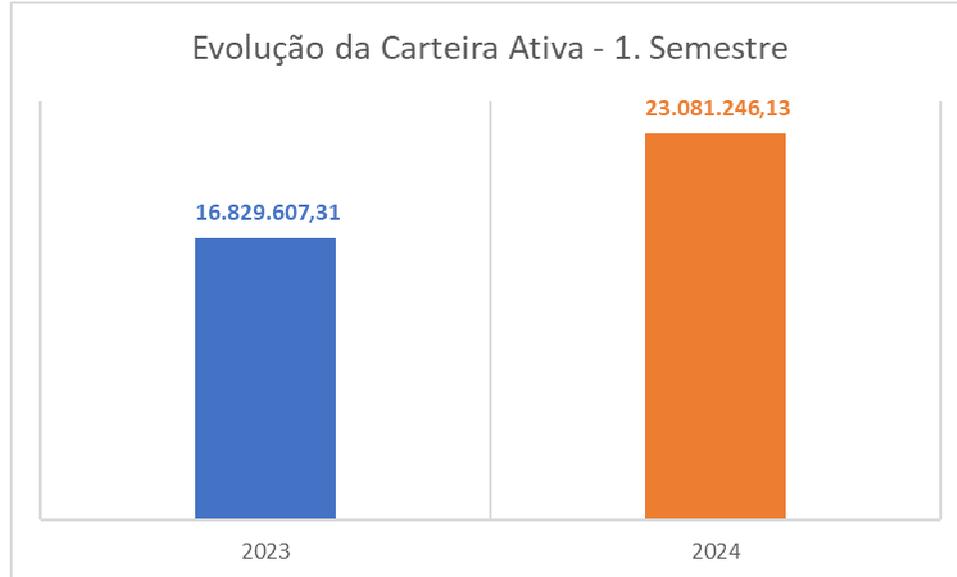
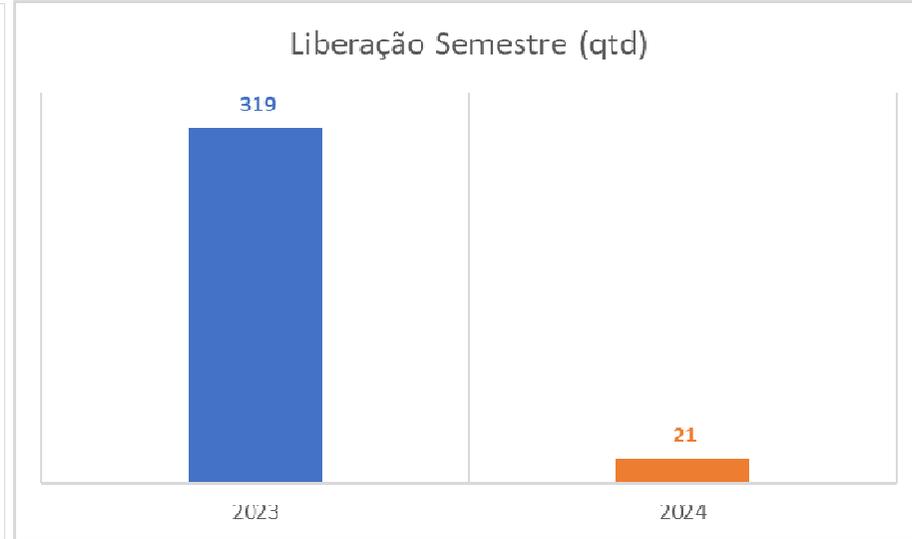
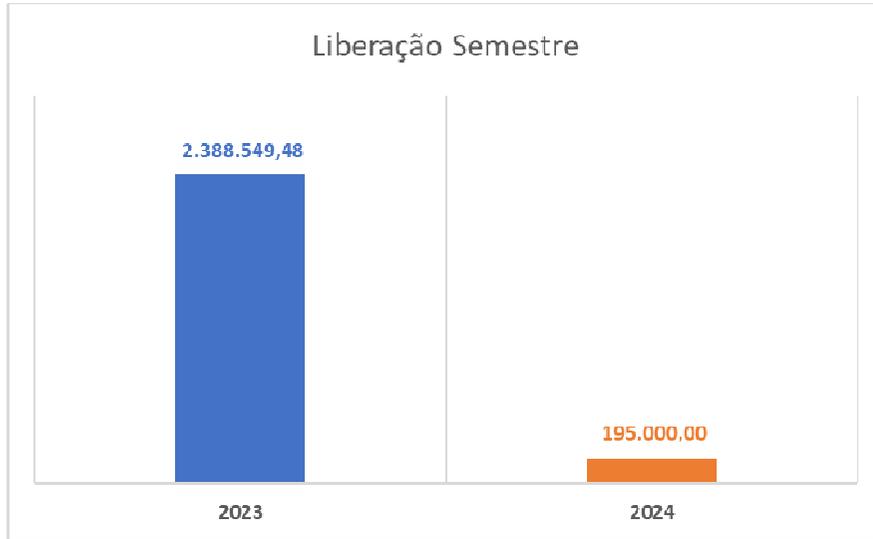




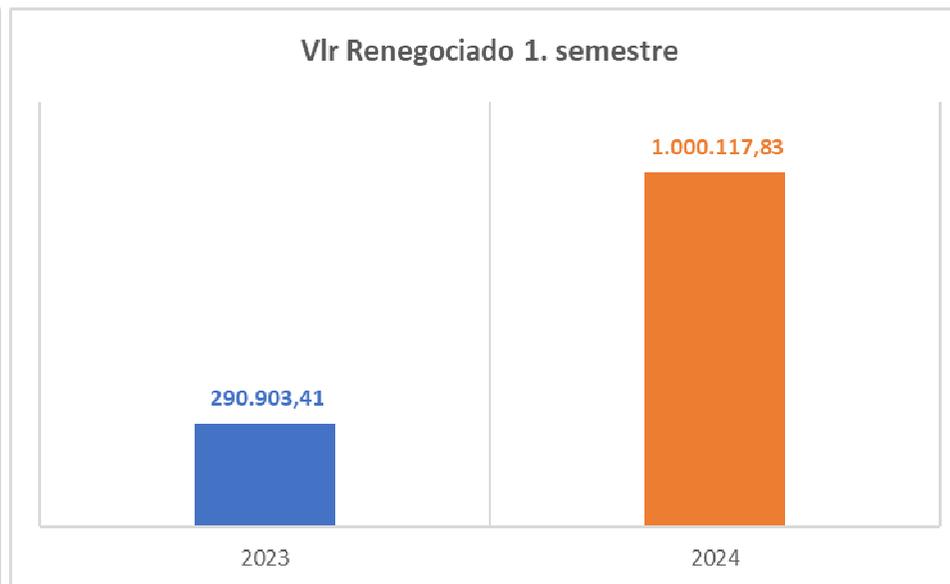
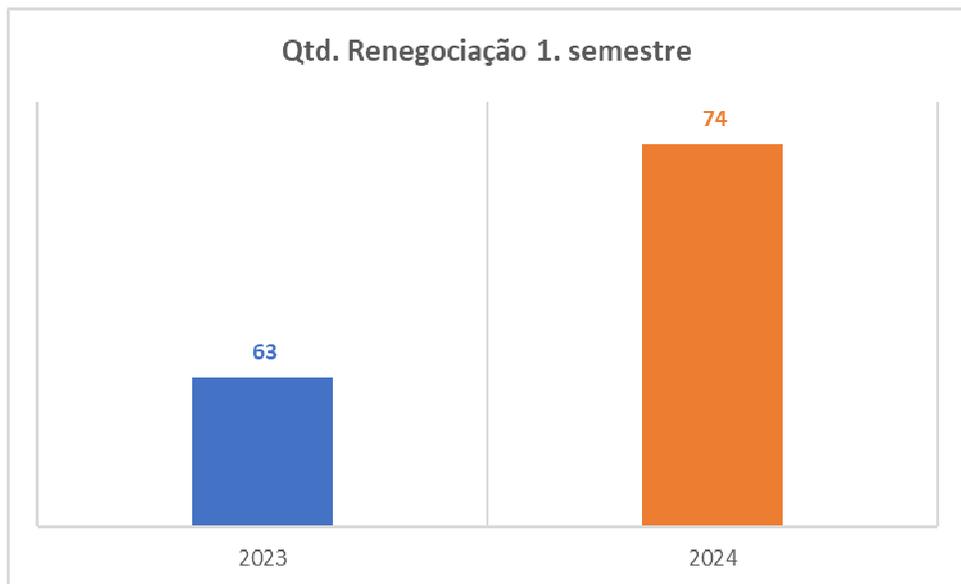
INADIMPLÊNCIA RECURSOS PRÓPRIOS e TERCEIROS



LIBERAÇÃO RECURSO ADMINISTRADOS (FDES TO)



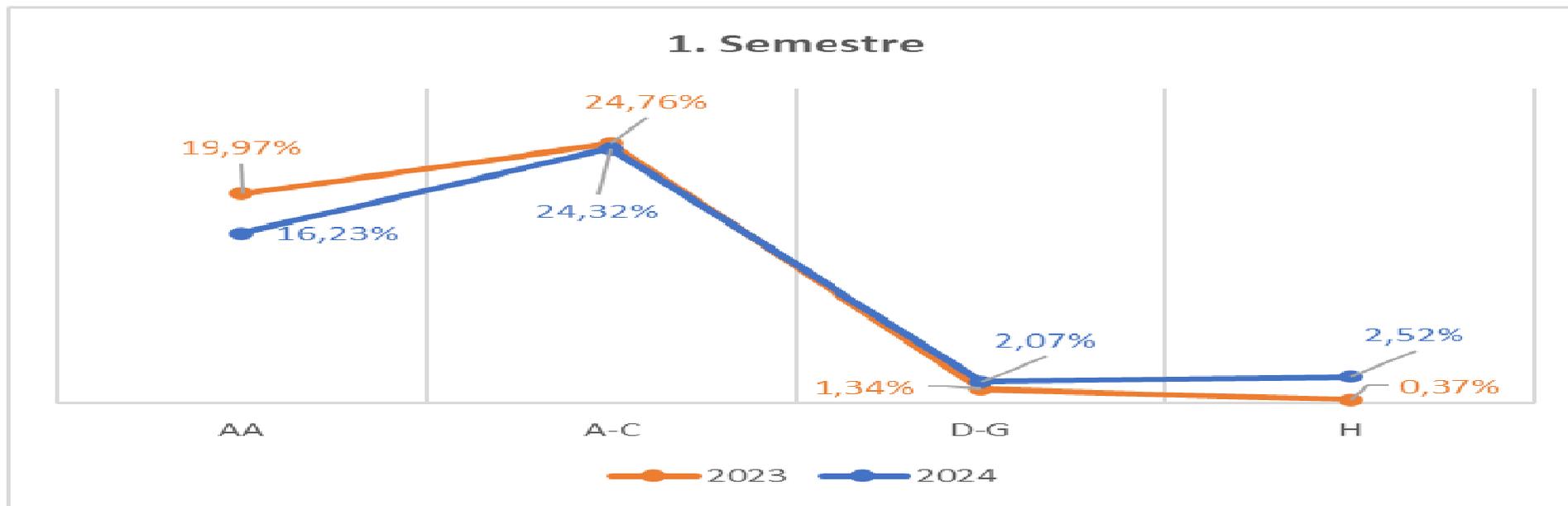
RENEGOCIAÇÃO RECURSO ADMINISTRADOS (FDES TO)



INADIMPLÊNCIA RECURSO ADMINISTRADOS (FDES TO)



RATING



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Referente ao **primeiro semestre** de 2024, com lucro de R\$ 293.648,70, as receitas totalizaram R\$ 5.059.428,35, incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo e as despesas R\$ 4.765.779,65, incluindo as provisões para créditos de liquidação duvidosa e despesa de obrigação por empréstimo e repasses.

As Aplicações Financeiras do **primeiro semestre** seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 967.670,91. Sendo aplicadas em Fundos de investimento de renda fixa (Fundo BB RF Simples Solidez Diferenciado FIC FI e BB RF Simples Solidez Pleno FIC com saldo de R\$ 7.392.424,01 e Letras Financeiras do Tesouro, correspondente a 584 títulos ajustado pelo índice SELIC, com saldo de R\$ 10.376.982,21.

Os Ativos do **primeiro semestre** da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R\$ 50.053.635,42. Os seus principais componentes são a carteira ativa de operação de crédito com um montante de R\$ 28.425.226,45 sem as provisões, correspondente a 57%, as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 17.769.406,22 equivalente a 35% e 8% sendo de outros ativos (outros créditos, vendas de ativos não financeiros, imobilizado).

O Passivo Circulante do **primeiro semestre** somou R\$ 2.699.422,66, sendo obrigações por repasses a instituições oficiais e outras obrigações, tais como: funcionários, impostos, contingências e fornecedores. Já o Passivo Não Circulante R\$ 13.925.264,99 referente a obrigação por repasses a instituições oficiais.

O Patrimônio Líquido do **primeiro semestre** finalizou com o saldo de R\$ 33.428.947,77, distribuídos em R\$ 52.980.069,27 de Capital Social subscrito, R\$ 52.823.857,21 Capital Social integralizado, R\$ 156.212,06 capital a realizar, R\$ 152.803,92 de Reserva Legal e R\$ 19.547.713,36 de prejuízo acumulado, desde o exercício 2011.

Balanco Patrimonial (R\$ mil)

CONTAS	1º Trimestre 2024	2º Trimestre 2024
Ativo	50.485	50.054
Passivo	17.215	16.624
Patrimônio Líquido	33.270	33.430

CONTAS	Exercício 2023	1º Semestre 2024
Ativo	50.079	50.054
Passivo	16.943	16.624
Patrimônio Líquido	33.136	33.430

Histórico do resultado (R\$ mil)

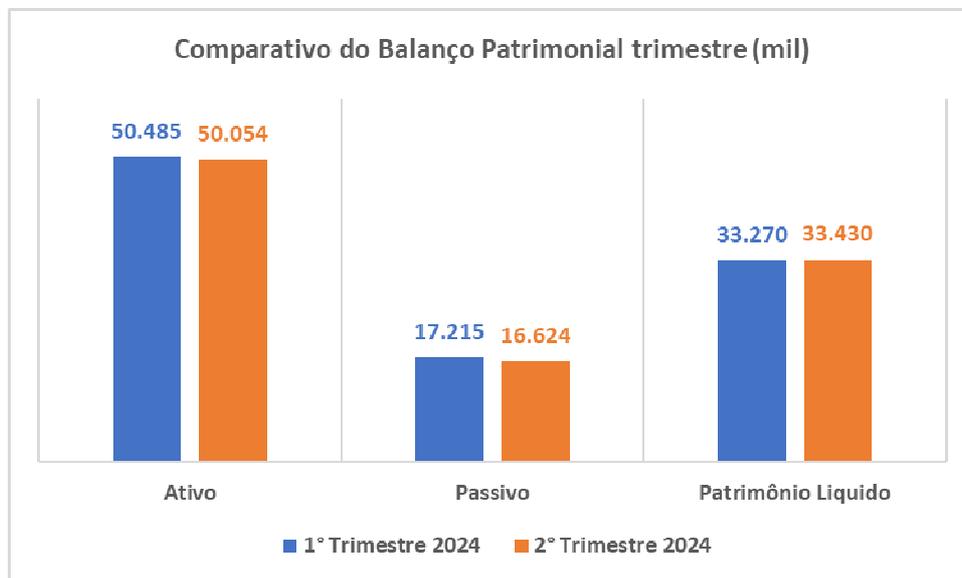
CONTAS	1º Trimestre 2024	2º Trimestre 2024
Receitas	2.515	2.544
Despesas	2.381	2.384
Resultado	134	160

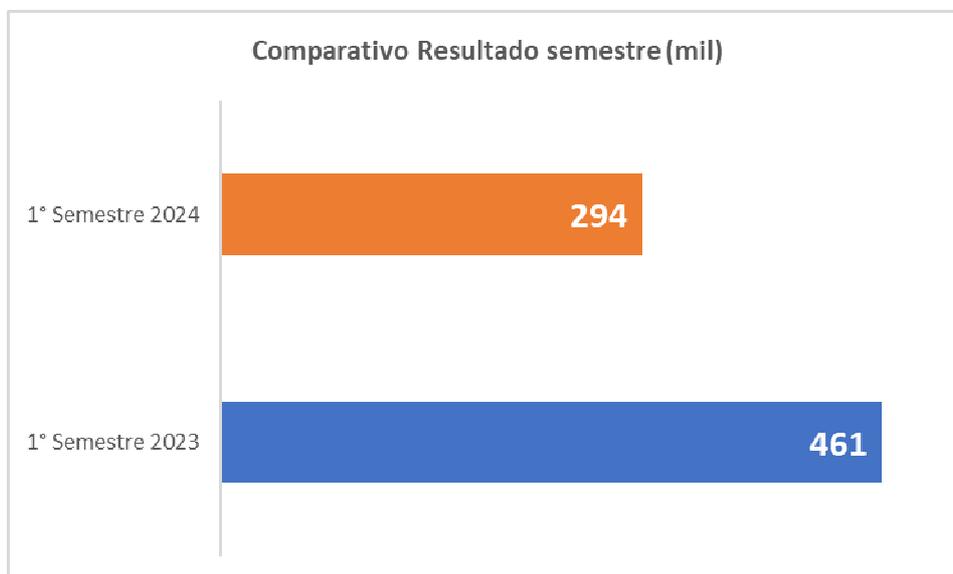
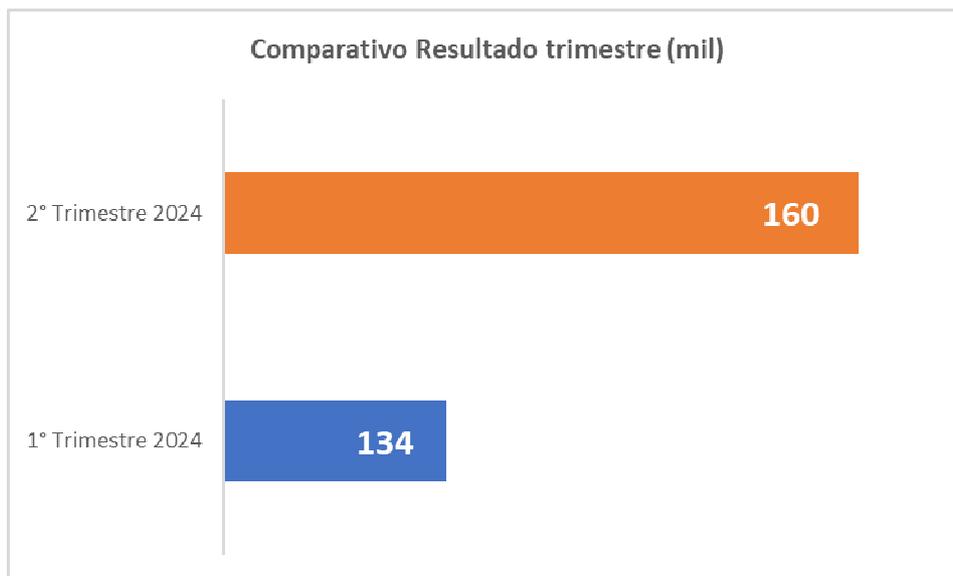
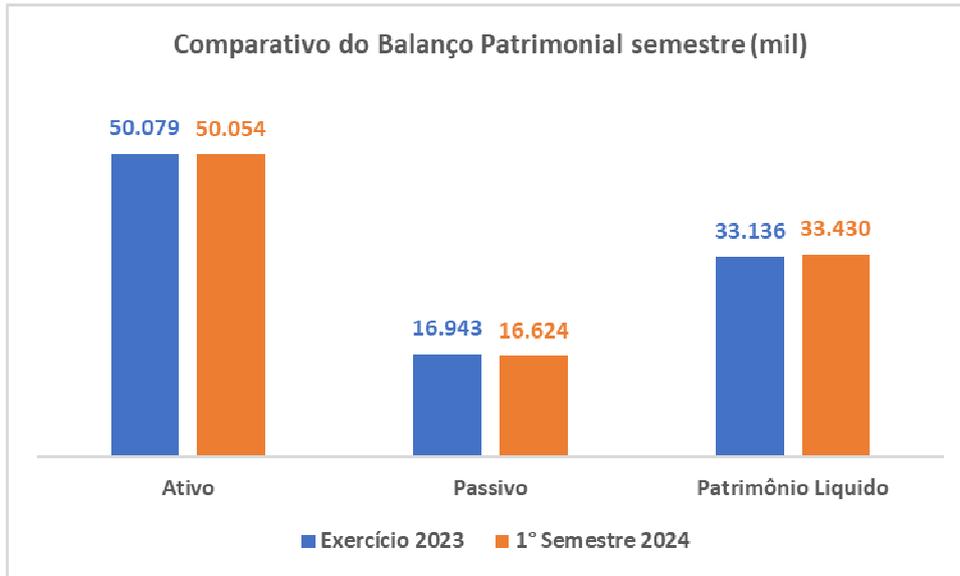
CONTAS	1º Semestre 2023	1º Semestre 2024
Receitas	4.553	5.060
Despesas	4.092	4.766
Resultado	461	294

Histórico da carteira ativa (R\$ mil)

Carteira ativa	1º Trimestre 2024	2º Trimestre 2024
	29.909	30.158

Carteira ativa	Exercício 2023	1º Semestre 2024
	29.164	30.158





5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diretoria Executiva da Agência de Fomento recebeu vários empreendedores no primeiro trimestre de 2024, bem como participou de eventos e entrevistas, divulgando o nome da instituição e suas linhas de crédito, segue alguns:

- Recebemos o Presidente da ACIPA de Palmas para tratar sobre novas parcerias;
- Recebemos a visita institucional dos servidores da Casa Civil, visando alinhar o "Monitoramento Estratégico", ferramenta essencial para o desenvolvimento do Estado do Tocantins.
- Recebemos empreendedores interessados em expandir seus negócios, assessorados pela consultoria do Sebrae/TO.
- A Unitins entregou, os últimos dados e resultado final do Concurso Público da Agência de Fomento. O ato de entrega aconteceu com a presença do Governador Wanderlei Barbosa; da presidente da Agência de Fomento, Denise Rocha Domingues; da pró-reitora de Graduação da Unitins, Alessandra Ruita Czapski, representando o reitor Augusto Rezende; e dos representantes da Comissão do Concurso Público, Vinicius Augusto de Oliveira e Caio Araújo Luz;
- Foi lançado a linha de crédito "Mulheres Empreendedoras", em homenagem ao sexo feminino. O objetivo é fomentar os empreendimentos geridos por mulheres, reconhecidamente dinâmicas, em razão da sua força, atitude e altivez;
- Foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) o resultado do 1º concurso público da Agência de Fomento;
- A Agência de Fomento do Tocantins foi representada no Seminário que discutiu o Fundo Geral do Turismo, em Brasília. Os associados da ABDE estavam presentes na reunião. No evento, foram discutidas as condições operacionais, cadeias produtivas do turismo, além de geração de emprego e renda, entre outros temas;
- Entrevista na Unitins FM sobre a nova linha de crédito da Agência de Fomento, "Mulheres Empreendedoras" e com o objetivo de ampliar a divulgação do programa.
- Reunião Diretora Operacional e ATR - Agência de Regulação do Tocantins e empresários do ramo de transporte e turismo, acerca da linha de crédito FungeTUR e sua aplicação para o segmento.
- Diretoria Operacional promoveu o 1º Encontro de Prospecção, recebendo nossa equipe de Araguaína e Gurupi, realizando palestras, reciclagens e treinamentos.

- Recebemos a visita institucional da equipe do Banco do Brasil para alinhamento de novas parcerias.
- Uma das etapas do treinamento intensivo da Diretoria e colaboradores para implantação da Resolução nº. 4966 do Banco Central foi finalizado com sucesso.
- O Governo do Tocantins nomeou e convocou novos profissionais para cargos na Agência de Fomento do Estado.
- Recebemos a visita institucional do reitor da UFT e sua equipe que apresentaram o projeto "Pacto pela Inovação".
- Diretora Presidente recebeu o Presidente da ACIPA de Paraisópolis do Tocantins, oportunidade em que apresentou o projeto FENECA TECH 2024.
- A Agência de Fomento confirmou presença na maior feira agrotecnológica da região norte do Brasil – AGROTINS 2024.
- Recebemos visita ilustre da primeira-dama e Secretária Extraordinária de Participações Especiais, Karynne Sotero, participou do lançamento da linha de crédito "Mães Empreendedoras", a qual será madrinha.
- Recebemos a visita institucional do Diretor Geral da Fapto Palmas, para tratar de temas como gestão e inovação.
- Reunião de alinhamento com a equipe do Sebrae – TO. Na pauta, o recorde na liberação de recursos do FungeTUR Fomento TO, em 1º lugar na região norte.
- Governo do Tocantins, por meio da Fomento, anuncia investimento de R\$ 15 milhões para incentivar pequenos e médios empresários do Turismo.
- O Governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, assinou um convênio de parceria entre a Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e a Agência de Fomento. Um ponto de atendimento da Fomento será instalado no Núcleo de Práticas Contábil e Jurídica da Unitins, de Augustinópolis, facilitando divulgação e atendimento das linhas de crédito para os empresários da região do Bico do Papagaio.
- Recebemos a visita institucional da Secretária dos Povos Originários, o objetivo é fomentar parcerias em benefício da população originária do Tocantins.
- Presidente da Agência de Fomento, se reuniu com o representante do BID, para tratar de parcerias entre as instituições e investimentos de recursos no Estado.
- Reunião institucional da Diretora Operacional, com representantes da Secretaria da Administração, tratando de parcerias e instalação da unidade do PRONTO na cidade de Porto Nacional.

- A Presidente da Fomento teve a honra de ser nomeada Embaixadora do Crédito FENEVA 2024.
- Recebemos a visita institucional do Deputado Estadual, Wiston Gomes, visando o alinhamento de novas parcerias e projetos.
- Em junho, foi publicada a Medida Provisória nº 15, que institui o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – FDESTO, vinculado à Secretaria da Fazenda, que delega à Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A – FomenTO, a sua gestão e execução administrativa, financeira, contábil e orçamentário. Com essa MP, a gestão operacional do Fundo migrada da Sefaz para a Fomento, viabiliza, também, maior dinâmica na equalização e redução das taxas. Além disso, a medida teve por objetivo fomentar a economia, com vistas a desenvolver a produção e a comercialização de produtos e serviços, nos setores da indústria, agroindústria, piscicultura, comércio e serviço, por meio de financiamento de micro, pequenos e médios empreendimentos, considerados relevantes para o desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins. O FDESTO passará a vigorar de fato, após sanar todas as pendências e autorização do TCE.

A preocupação da DIREX continua voltada para o resultado da instituição, mas sem perder o foco na pulverização do crédito, recuperação de inadimplência e na busca de recursos para alavancar as receitas.

6 - RECONHECIMENTOS

A Diretoria Executiva agradece o apoio e a confiança do Acionista Majoritário, demais acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Funcionários, coautores desse importante processo de modernização institucional em curso na Agência de Fomento.

Palmas – TO, 03 de setembro 2024.

Denise Rocha Domingues
Diretora Presidente

Jardel Crystiano N. Ribeiro
Diretor Administrativo
Financeiro

Elaine Maria de Matos
Diretora Operacional

✓ **Demonstrações financeiras e notas
explicativas do 1º Semestre 2024**

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A

Balço Patrimonial

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023	PASSIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		32.506	33.519	CIRCULANTE		2.699	2.736
DISPONIBILIDADES	4	45	-	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	10	1.927	1.773
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	17.769	20.083	FUNGETUR		1.927	1.773
Títulos de Renda Fixa - LFT		10.377	8.334	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	772	963
Cotas de Fundos de Investimento		7.392	10.223	Cobrança e Arrecadação		5	10
BACEN - Depósitos para Capital em Títulos		-	1.526	Fiscais e Previdenciárias		219	234
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	11.044	10.411	Diversas		548	719
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		12.777	12.819	NÃO CIRCULANTE		13.925	14.207
(-) Provisão para Operações de Crédito		(1.733)	(2.408)	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	10	13.925	14.207
OUTROS CRÉDITOS	7	3.358	2.749	FUNGETUR		13.925	14.207
OUTROS VALORES E BENS	8	290	276	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.430	33.136
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda		223	223	CAPITAL SOCIAL	13.a	52.824	52.824
Outros Bens		67	53	Capital		52.980	51.471
NÃO - CIRCULANTE		17.548	16.560	Aumento de Capital		-	1.509
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.381	16.345	(-) Capital a Realizar		(156)	(156)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	17.381	16.345	RESERVAS DE LUCROS		153	153
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		17.381	16.345	PREJUÍZOS ACUMULADOS	13.b	(19.547)	(19.841)
INVESTIMENTOS		-	1				
IMOBILIZADO	9	167	214				
Imobilizações de Uso		1.734	1.734				
(-) Depreciações Acumuladas		(1.567)	(1.520)				
INTANGÍVEL		-	-				
Ativos Intangíveis		43	43				
(-) Amortizações Acumuladas		(43)	(43)				
Total do Ativo		50.054	50.079	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		50.054	50.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A

Demonstração dos Resultados Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	1º semestre 2024	1º semestre 2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14	3.919	3.249
Operações de Crédito		2.951	2.030
Operações com Títulos e Valores Mobiliários		968	1.219
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	(747)	(446)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(689)	(475)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		303	313
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		(361)	(284)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.172	2.803
(-) OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(2.873)	(2.275)
Despesas de Pessoal e Honorários	16	(1.825)	(1.560)
Outras Despesas Administrativas	17	(1.262)	(1.040)
Despesas Tributárias		(267)	(213)
Outras Despesas Operacionais		(67)	(63)
(+) Receitas de Prestação de Serviços		515	542
(+) Outras Receitas Operacionais		33	59
RESULTADO OPERACIONAL		299	528
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		299	528
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(5)	(67)
Provisão para Imposto de Renda		(2)	(33)
Provisão para Contribuição Social		(3)	(34)
RESULTADO LÍQUIDO		294	461
Nº de ações do capital social realizado		6.000.000	6.000.000
Resultado líquido por ação (lote de mil ações)		0,05	0,08
Valor patrimonial das ações (lote de mil ações)		5,57	5,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais)

Descrição	1º semestre 2024	1º semestre 2023
RESULTADO LÍQUIDO	294	461
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	294	461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros - Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		51.301	-	153	(20.203)	31.251
Resultado do Período					461	461
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2023		51.301	-	153	(19.742)	31.712
MUTAÇÕES DO 1º SEMESTRE 2023		-	-	-	461	461
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	13	51.324	-	153	(19.841)	33.136
Capital Realizado		-				-
Aumento de Capital			-			-
Capital a Realizar			-			-
Resultado do Período					294	294
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2024	13	52.824	-	153	(19.547)	33.430
MUTAÇÕES DO 1º SEMESTRE 2024		-	-	-	294	294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	1º semestre 2024	1º semestre 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		294	461
Ajustes do lucro líquido do exercício			
Depreciação e Amortização		47	52
Provisão para Operações de Crédito		(675)	475
Baixa de Imobilizado		-	1
Resultado do período ajustado		(334)	989
Variação nas contas ativas e passivas			
Ativas			
		(1.579)	(5.048)
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários		32	(685)
Redução (aumento) das Operações de Crédito		(988)	(4.213)
Redução (aumento) dos Outros Créditos		(609)	(161)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens		(14)	11
Passivas			
		(324)	(505)
Aumento (redução) Obrigações por Repasses do País		(128)	(597)
Aumento (redução) Outras Obrigações		(191)	92
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(5)	-
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(2.237)	(4.564)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações no imobilizado		-	(29)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		-	(29)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital		-	-
Caixa gerado nas atividades de financiamentos		-	-
Aplicação de caixa e equivalentes de caixa no período		(2.237)	(4.593)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4	18.388	10.672
Caixa e equivalente de caixa no final do período	4	16.151	6.079
Aplicação de caixa e equivalentes de caixa no período		(2.237)	(4.593)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.
CNPJ nº 05.474.540/0001-20
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestre findo em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A. (“FOMENTO TOCANTINS”)**, pessoa jurídica de direito privado, é uma sociedade anônima de economia mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, integrante da administração pública indireta do estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. A **FOMENTO TOCANTINS** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil – Bacen, e sua legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei nº 4.595/1964, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

A **FOMENTO TOCANTINS** tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do estado do Tocantins, mediante operações de empréstimos, financiamentos e prestação de garantias, com recursos próprios e/ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2024 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis expostas a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, foram observados nas demonstrações financeiras da Agência os seguintes pronunciamentos aprovados pelo referido regulador e o Conselho Monetário Nacional – CMN, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente,

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 41 – Resultado por ação e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo. Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional e do Bacen, não podem ser aplicados.

Atualmente não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva e trará efeitos às demonstrações financeiras dessa Companhia. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão

A autorização para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Agência, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024, foi dada pela diretoria executiva em 12 de agosto de 2024.

3. Principais Práticas Contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades e de títulos e valores mobiliários considerados como equivalentes de caixa, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de aplicação em fundo de investimentos são destinados a negociação imediata e as LFT – Letra Financeira do Tesouro são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com as normas do Bacen quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Bacen, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente

recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen, por meio da Resolução nº 2.682/1999.

d) Instrumentos Financeiros

A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.

e) Ativo Imobilizado e Intangível

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais a seguir:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança; e
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte.

Os valores registrados no intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

f) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e não circulante, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Agência adota a sistemática de apuração do imposto de renda pelo lucro real utilizando alíquota, prevista na legislação tributária, de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à contribuição social foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

h) Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715/2012 as agências de fomento, opcionalmente, passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Desenvolvimento.

i) Passivos Contingentes

São avaliados e reconhecidos com base em parecer da assessoria jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como **perda provável**, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado de forma confiável, para os processos classificados como de **perda possível** onde não requer a provisão, é realizada a divulgação em notas explicativas e para processos classificados com **perda remota** não são efetuadas provisões ou divulgações.

j) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem, independente do recebimento ou pagamento, respectivamente, e em consonância com o disposto no COSIF e nas Normas Brasileiras de Contabilidade, aplicadas as instituições financeiras.

4. Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estava assim composto:

(Em milhares de reais)	30/06/2024	31/12/2023
Contas Correntes - Banco do Brasil	45	-
Títulos e Valores Mobiliários - Circulante (nota explicativa nº 5)	17.769	18.557
Títulos Vinculados ao Banco Central (nota explicativa nº 5)	-	1.526
Subtotal	17.814	20.083
Reserva 10% do passivo conforme Resolução 2828 Art.6º	(1.663)	(1.695)
TOTAL	16.151	18.388

5. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

(Em milhares de reais)	Categorias	Prazos	30/06/2024		31/12/2023	
			Saldo	Receitas	Saldo	Receitas
	LFT - Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2024	8.769	475	8.334	1.387
	LFT - Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2025	1.608	43	-	-
	LFT - Vinculadas ao BACEM	01/09/2025	-	-	1.526	3
	Fundo Invest. Renda Fixa	Sem vencimento	7.392	450	10.223	783
	Total Circulante		17.769	968	20.083	2.173

Os valores de R\$ 8.769 mil e R\$ 1.1.608 mil registrados em Letras Financeiras do Tesouro correspondem, respectivamente, a 584 títulos com vencimento em 01 de setembro de 2024, e a 107 títulos com vencimento em 01 de setembro de 2025. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento ou antecipado.

A aplicação de R\$ 7.392 mil se refere a cotas de fundos de investimento de renda fixa, aplicados nos Fundos BB RF Simples Solidez Diferenciado FIC FI e BB RF Simples

Solidez Pleno FIC, com uma rentabilidade no 1º semestre de 2024 de aproximadamente 4,70%, ou seja, cerca de 90% do CDI.

No semestre findo em 30 de junho de 2024, a Agência não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com os riscos apresentados em relação ao tomador e seus garantidores, levando-se em conta situações de renda/faturamento, patrimônio e demais informações cadastrais, conforme Resolução nº 2.682/1999 do Bacen.

As rendas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta “rendas a apropriar”, calculadas *pro rata die*. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

a) Composição por Atividade Econômica

(Em milhares de reais)

Setor Privado	30/06/2024			31/12/2023		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	4.821	5.034	9.855	4.856	5.590	10.446
Microcrédito	5.670	4.290	9.960	5.842	4.044	9.886
Turismo	2.147	7.946	10.093	1.919	6.614	8.533
Indústria	139	111	250	151	148	299
TOTAL	12.777	17.381	30.158	12.768	16.396	29.164

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

(Em milhares de reais)

Nível de Risco	Faixa de Atraso	30/06/2024		31/12/2023	
		Valor	%	Valor	%
AA	-	4.895	16%	5.629	19%
A	Até 14 dias	11.809	39%	9.577	33%
B	15 e 30 dias	5.802	19%	4.603	16%
C	31 e 60 dias	4.390	15%	5.181	18%
D	61 e 90 dias	1.233	4%	808	3%
E	91 e 120 dias	413	1%	1.199	4%
F	121 e 150 dias	612	2%	642	2%
G	151 e 180 dias	244	1%	426	1%
H	Acima de 180 dias	760	3%	1.099	4%
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		30.158	100%	29.164	100%

c) Composição vincendas e vencidas

(Em milhare de reais)

Classificação - Nível de Risco	30/06/2024			31/12/2023		
	Vincendas	Vencidas	Total	Vincendas	Vencidas	Total
AA	4.895	-	4.895	5.629	-	5.629
A	11.809	-	11.809	9.577	-	9.577
B	2.880	2.922	5.802	3.467	1.136	4.603
C	2.876	1.514	4.390	3.480	1.701	5.181
D	147	1.086	1.233	9	799	808
E	27	386	413	36	1.163	1.199
F	104	508	612	49	593	642
G	-	244	244	7	419	426
H	-	760	760	172	927	1.099
TOTAL	22.738	7.420	30.158	22.426	6.738	29.164

d) Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

(Em milhares de reais)

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	30/06/2024		31/12/2023	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
AA	0	4.895	-	5.629	-
A	0,5	11.809	59	9.577	48
B	1	5.802	58	4.603	46
C	3	4.390	132	5.181	155
D	10	1.233	123	808	81
E	30	413	124	1.199	360
F	50	612	306	642	321
G	70	244	171	426	298
H	100	760	760	1.099	1.099
TOTAL		30.158	1.733	29.164	2.408

e) Movimentação da estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

(Em milhares de reais)

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo no Início do Período	2.408	2.068
Constituição da Provisão	979	2.310
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(1.364)	(1.282)
(-) Reversão de Provisão	(290)	(688)
TOTAL	1.733	2.408

f) Créditos Renegociados

(Em milhares de reais)

	30/06/2024	31/12/2023
Renegociação	398	2.668

g) Recuperação de crédito baixado como prejuízo

(Em milhares de reais)	30/06/2024	31/12/2023
Saldo no Início do Período	4.746	3.834
Créditos baixados como prejuízo	1.364	1.282
(-) Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	(303)	(604)
(+ ou -) Descontos	66	234
Saldo no Fim do Período	5.873	4.746

h) Garantias

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a Agência aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais em alienação fiduciária de bens móveis e imóveis.

7. Outros Créditos

Nesse subgrupo são registradas rendas a receber, adiantamentos, ressarcimento a receber, antecipações salariais e provisões de crédito de liquidação duvidosa, tendo como origem ativos financeiros não recebidos.

(Em milhares de reais)	30/06/2024	31/12/2023
RENDAS A RECEBER	368	69
FDESTO - Taxa de administração	368	69
DIVERSOS	2.990	2.680
Adiantamento Pgto. Nossa Conta	-	2
Adiantamento Antecipações Salariais	73	
Devedores por Compra de Valores e Bens (a)	2.498	2.652
Impostos e Contribuições a Compensar	6	6
Pagamentos a Ressarcir	446	50
Devedores Diversos	-	4
(-) Provisões Outros Créditos (b)	(33)	(34)
TOTAL	3.358	2.749

(a) Valores a receber das vendas de ativos não financeiros, mais especificamente imóveis R\$ 2.498 mil (R\$ 2.652 mil, em 31 de dezembro de 2023).

(b) Se refere a provisão de prováveis perdas constituída sobre recebíveis das vendas de ativos não financeiros.

8. Outros Valores e Bens

O subgrupo de outros valores e bens estava assim composto:

(Em milhares de reais)	30/06/2024	31/12/2023
Material de Consumo em Estoque	63	48
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda - Outros Imóveis (a)	223	223
Despesas Antecipadas - Prêmio de Seguro	4	5
TOTAL	290	276

(Em milhares de reais)	30/06/2024	31/12/2023
Ativos não financeiros mantidos p/ venda		
(a) Lote urbano - AV. Dudu Biléo, Lote 04 - Paraíso do Tocantins-TO	223	223
TOTAL	223	223

(a) Um lote urbano localizado na Quadra Comercial 05, Parque Industrial Nova Esperança, na Cidade de Paraíso Tocantins – TO, com área de 1.200 m², recebidos a título de dação de pagamento de dívida.

9. Imobilizado

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e as respectivas depreciações:

(Em milhares de reais)	30/06/2024	Adições	Baixas	31/12/2023
Imobilizado Uso				
Instalações	350	-	-	350
Móveis e Equipamentos	1.175	-	-	1.175
Veículos	209	-	-	209
Subtotal	1.734	-	-	1.734
Depreciações Acumuladas				
(-) Instalações	(311)	(17)	-	(294)
(-) Móveis e Equipamentos	(1.047)	(30)	-	(1.017)
(-) Veículos	(209)	-	-	(209)
Subtotal	(1.567)	(47)	-	(1.520)
TOTAL	167	(47)	-	214

(Em milhares de reais)	30/06/2024	Adições	Baixas	31/12/2023
Ativos Intangíveis				
Software	43	-	(8)	51
Subtotal	43	-	(8)	51
Amortização Acumuladas				
(-) Software	(43)	-	-	(49)
Subtotal	(43)	-	-	(49)
TOTAL	-	-	(8)	2

10. Obrigações para Repasse no País – Instituições Oficiais

A Agência firmou contrato de credenciamento com o Ministério do Turismo contrato nº 001/2019, Processos nºs 72031.002395/2019-47 e 72031.013504/2019-51, como objeto a prestação de serviços, na intermediação das operações de financiamentos para

empresas do segmento de turismo, devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turismo do MTur – Cadastur.

Os recursos do FUNGETUR disponibilizados enquanto não desembolsados aos mutuários, bem como as parcelas referentes às amortizações dos financiamentos enquanto não repassadas ao FUNGETUR, serão remunerados, *pro rata die*, pela taxa SELIC.

O valor total repassado pelo Ministério do Turismo, até 30/06/2024, foi de R\$ 19.086 mil, depositados em conta específica do Banco do Brasil.

a) Composição das obrigações

(Em milhares de reais)

FUNGETUR	30/06/2024	31/12/2023
Curto Prazo	1.927	1.773
Longo Prazo	13.925	14.207
TOTAL	15.852	15.980

b) Composição da Carteira

(Em milhares de reais)

Recurso - FUNGETUR	30/06/2024			31/12/2023		
	Até 360	Acima de 360	Total	Até 360	Acima de 360	Total
Fungetur Aquisição de Bens e Giro	330	1.536	1.866	264	1.259	1.523
Fungetur Capital de Giro	1.392	4.004	5.396	1.365	4.062	5.427
Fungetur Obras Cíveis	129	2.043	2.172	34	810	844
TOTAL	1.851	7.583	9.434	1.663	6.131	7.794

11. Outras Obrigações

Composta por tributos, encargos trabalhistas, obrigações trabalhistas, obrigações com terceiros por serviços tomados, passivos contingentes e outras obrigações:

(Em milhares de reais)

	30/06/2024	31/12/2023
COBRANÇA ARRECADAÇÃO TRIBUTOS ASSEM		
IOF - Op. Crédito	5	10
Subtotal	5	10
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS		
Prov. Imp. Contribuição S/ Lucros	-	10
Imp.e Contrib. s/ Serviços Terceiros	9	10
Imp. e Contrib. s/ Salários	173	173
Outros Imp. e Contribuições	37	41
Subtotal	219	234
DIVERSAS		
Prov. Despesas Pessoal	287	199
Prov. Outras Despesas Administrativas	94	94
Prov. Passivos Contingentes	58	58
Credores Diversos-País	109	368
Subtotal	548	719
TOTAL	772	963

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos.

12. Provisões, Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com o Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões passivas em 30 de junho de 2024, se apresentam conforme quadro a seguir:

(Em milhares de reais)

Provisões Passivas	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado	
			30/06/2024	31/12/2023
Contingência Civil Passiva (embargos à execução)	22/09/2017	PROVÁVEL	39	39
Contingência Civil Passiva (embargos à execução)	07/07/2017	PROVÁVEL	17	17
Contingência Civil Passiva (busca e apreensão)	22/02/2021	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	2	2
TOTAL			58	58

Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas e os classificados como remoto não requer provisão e nem divulgação. De acordo com as informações da gerencia jurídica, não existe processos classificados como risco possível.

13. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2024 é de R\$ 52.980 mil e integralizado é de R\$ 52.824 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Agência apresentava a seguinte composição:

(Em reais)

ACIONISTAS	TIPOS DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO (%)	NÚMERO DE AÇÕES	VALOR DAS AÇÕES	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	52.662.189	52.662.189	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	52.980	29.841	23.139
FCDL	O.N.	0,1	6.000	52.980	51.471	1.509
FAET	O.N.	0,1	6.000	52.980	28.131	24.849
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	52.980	29.841	23.139
FACIET	O.N.	0,1	6.000	52.980	12.701	40.279
SICON	O.N.	0,1	6.000	52.980	9.683	43.297
TOTAL		100	6.000.000	52.980.069	52.823.857	156.212

b) Prejuízos Acumulados

No 1º semestre de 2024 a Agência apresentou um lucro de R\$ 294 mil, reduzindo o montante de prejuízos acumulados de exercícios anteriores:

(Em milhares de reais)	30/06/2024	31/12/2023
RESULTADO ACUMULADO		
Resultado de Exercícios Anteriores	(19.841)	(19.647)
Resultado do Período	294	(194)
TOTAL	(19.547)	(19.841)

14. Receita de Intermediação Financeira

A Agência obteve receitas operacionais de intermediação financeira, conforme quadro a seguir:

(Em milhares de reais)	30/06/2024	30/06/2023
Operações de Crédito	2.951	2.030
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	968	1.219
TOTAL	3.919	3.249

Essas receitas apresentavam a seguinte composição:

(Em milhares de reais)	30/06/2024	30/06/2023
RENDAS OPERACOES CRÉDITO	2.951	2.030
Rendas de Empréstimos	2.693	1.817
Rendas de Financiamentos	258	213
RENDAS TIT. VAL. MOBILIÁRIOS	968	1.219
Rendas de Títulos de Renda Fixa	518	757
Rendas de Aplicações de Fundos	450	462
TOTAL	3.919	3.249

15. Despesas de Intermediação Financeira

As despesas com intermediação financeira foram:

(Em milhares de reais)	30/06/2024	30/06/2023
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(979)	(864)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	290	389
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	303	313
(-) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(361)	(284)
TOTAL	(747)	(446)

16. Despesas de Pessoal e Honorários

Composto por honorários ao conselho fiscal, conselho de administração, ajuda de custo, vale transporte, encargos previdenciários (FGTS e INSS), remuneração dos colaboradores e treinamentos, como segue:

(Em milhares de reais)	30/06/2024	30/06/2023
Despesas Honorarios	271	171
Despesas Pessoal - Benefícios	414	374
Despesas Pessoal - Encargos	332	269
Desp. Pessoal - Proventos	766	740
Despesas Pessoal - Treinamento	42	-
Despesas com Remuneração - Estagiários	-	6
TOTAL	1.825	1.560

17. Outras Despesas Administrativas

Esse subgrupo apresentava a seguinte composição:

(Em milhares de reais)	30/06/2024	30/06/2023
Despesas Agua, Energia Gas	44	43
Despesas Aluguéis	109	98
Despesas Comunicações	32	28
Desp. Manut. Conserv. Bens	112	98
Despesas Material	7	13
Despesas Processamento Dados	440	411
Despesas Promoções Relações Pública	-	1
Despesas Propaganda Publicidade	1	-
Despesas Publicações	26	32
Despesas Seguro	5	5
Despesas Servicos Sist. Financeiro	115	100
Despesas Servicos de Terceiros	3	-
Despesas Serv. Vigilancia Segurança	3	4
Desp. Serv. Tecnicos Especializados	152	10
Despesas Transportes	23	35
Despesas Viagens No Pais	67	41
Despesas de Amortização	-	2
Despesas de Depreciação	47	50
Outras Despesas Administrativas	76	69
TOTAL	1.262	1.040

18. Seguros dos Principais Ativos

A Agência delimita os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas de seguros compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros mantidos pela companhia estavam assim compostos:

Apólice	Seguradora	Tipo	Contratação	Vigência
0531103619368	Porto Seguro	Seguro Veículos	03/02/2024	12 meses
0531103114622	Porto Seguro	Seguro Veículo	28/06/2023	12 meses
0000001546920	BB. Seguro	Seguro Predial	31/10/2023	12 meses

19. Transações com Partes Relacionadas

A Agência tem como seu principal acionista o Governo do Estado do Tocantins e tem operações realizadas como parte relacionada a administração do Fundo FDESTO, pela qual recebe taxa de administração calculadas sobre a carteira ativa das operações de crédito, sendo que no 1º semestre de 2024, obteve receitas no valor de R\$ 299 mil.

20. Recursos Humanos

O quadro atual de pessoal é composto por 47 funcionários, sendo 29 celetistas contratados por tempo indeterminado sem concurso público, incluindo a Diretoria Executiva, 04 celetista concursado e 14 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

21. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – FDESTO

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins (FDESTO) regido pela Lei Estadual nº 3.665/2020, tem por objetivo de fomentar a economia, com vistas a desenvolver a produção e a comercialização de produtos e serviços, nos setores da indústria, agroindústria, piscicultura e comércio, por meio de financiamento orientado a micro, pequenos e médios empreendimentos, considerados relevantes para o desenvolvimento com sustentabilidade do Estado, com enfoque econômico.

Em 30 de junho de 2024, há um saldo registrado em contas de compensação da Agência, no valor de R\$ 10.374 (em 30/06/2023, R\$ 25.033), referente ao total dos ativos do FDESTO. A Agência receberá a título de remuneração pela administração do Fundo o percentual de 0,50% e 0,60% a.m. sobre a carteira ativa dos créditos liberados.

22. Gerenciamento de Risco

A Agência adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

São apresentados a seguir os principais riscos relacionados às atividades da Agência, além de detalhar o apetite de riscos em suas atividades e de estratégias de identificação, monitoramento, gestão e mitigação deles.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

22.1. Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez visa garantir que a Agência cumpra com suas obrigações, mesmo em períodos de estresse prolongados, sem prejudicar os negócios, evitando perdas consideráveis, sendo controlada pelo indicador de liquidez da instituição.

A gestão do risco de liquidez ocorre pela determinação de um volume de recursos, composta de ativos líquidos de alta qualidade necessários para honrar com as obrigações em longos cenários de estresse.

Nesse ínterim, são determinados limites para os indicadores de liquidez da Agência, com o propósito de preservar fontes de captações pulverizadas e de baixo custo para manter um nível de caixa adequado as obrigações da instituição, garantindo a continuidade em situações de estresse.

22.2. Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é realizada pelo acompanhamento da carteira de crédito e dos indicadores de inadimplência consolidados.

O procedimento de liberação de crédito zela pela qualidade, segurança e liquidez no emprego dos ativos de crédito, com o propósito de manter eficiência e rentabilidade na carteira de crédito, através de controles com alçadas operacionais para liberação de crédito. As renegociações de crédito são submetidas aos mesmos controles de uma concessão inicial.

A Agência busca segurança e qualidade da carteira, através de lastros compatíveis com os riscos assumidos, dado os volumes, períodos e objetivos dos créditos liberados e retendo provisionamento apropriados com níveis de concentração aceitáveis.

22.3. Risco de Mercado

A Agência controla diariamente a expectativa de perdas em função da variação de preços e taxas dos ativos financeiros, uma vez que existe a possibilidade de as operações apresentarem descasamentos de indexadores e prazos.

As métricas controladas têm o objetivo de assegurar a composição apropriada dos portfólios através do mapeamento dos fatores de riscos e do acompanhamento de limites, buscando o desenvolvimento sustentável dos negócios e volatilidade reduzida dos resultados.

22.4. Risco Operacional

Perdas operacionais decorrentes de erros, não conformidades ou procedimentos inapropriados, de sistemas ou colaboradores, ou de eventualidades são reportadas internamente, processadas pela coordenadoria de risco, e um plano de ação mitigatório efetivo é implementado.

A Agência busca minimizar os riscos operacionais relativos à corrupção, fraudes, descumprimentos propositais de questões regulamentares ou legislativas, e, também, minimizar erros humanos ou de processos na execução de negócios e das tarefas de suporte.

22.5. Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e a Diretoria Executiva a política de gerenciamento de capital, a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência, bem como, sua estrutura, em conformidade com a resolução do CMN e normas complementares.

A Agência mantém margem de PR em linha com o estabelecido pela Resolução CMN nº 4.958/2021, bem como para a cobertura do Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB) e o adicional de Capital Principal mínimo requerido para RWA (ACP).

Descrição	30/04/2024	31/05/2024	30/06/2024
Patrimônio de Referência (PR)	33.295.239	33.320.600	33.428.948
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	49.867.950	49.775.393	49.581.825
RWAcpad	39.927.012	39.834.455	39.640.887
RWAopad	9.940.938	9.940.938	9.940.938
Sobre o PR considerando o Rban	27.810.152	27.845.522	27.976.710
Índice de Basileia = (PR / RWA) *100	66,77%	66,94%	67,42%

Descrição	31/01/2024	29/02/2024	31/03/2024
Patrimônio de Referência (PR)	33.255.515	33.263.865	33.269.438
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	50.646.457	50.455.946	50.271.907
RWAcpad	40.705.519	40.515.008	40.330.969
RWAopad	9.940.938	9.940.938	9.940.938
Sobre o PR considerando o Rban	27.684.329	27.718.182	27.744.950
Índice de Basileia = (PR / RWA) *100	65,66%	65,93%	66,18%

Índice de Basileia = PR / RWA

Na fórmula, PR se refere ao patrimônio de referência e RWA aos ativos ponderados pelo risco. O patrimônio de referência, por sua vez, é formado pelo capital principal da instituição e pelo capital complementar. Quanto maior o índice de Basileia, mais sólida é a instituição, ou seja, há menores riscos de ela enfrentar problemas e vir à falência.

Patrimônio de Referência (PR): O seu cálculo é determinado por metodologia do Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 3.444/2007). Esta resolução determina que ao valor do patrimônio líquido de cada instituição financeira sejam somados alguns itens (provisão, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital de dívidas) e subtraídos outros (reservas, créditos tributários, ativos diferidos, entre outros), que resultarão no valor do PR.

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA): consiste em uma metodologia utilizada pelas instituições financeiras para calcular, de forma ponderada, a exposição de risco de seus ativos. O RWA determina o Índice de Adequação de Capital e o capital necessário a essa organização.

RWAcpad: exprime as possibilidades de risco de crédito

RWAopad: expressa o risco operacional

Rban: é a parcela de exposição ao risco das operações classificadas na carteira de não-negociação (*banking book*), através do cálculo estabelecido pelo sistema Integral Trust que utiliza a metodologia delta NII.

Índice de Basileia: é um indicador internacional que possui a finalidade de analisar a saúde financeira de uma instituição financeira. Há grosso modo, ele mede o quanto o banco tem de patrimônio em relação ao seu volume de empréstimos.

22.6. Segurança Cibernética

São considerados riscos de segurança cibernético, riscos que afetam diretamente a confidencialidade das informações corporativas e/ou dos clientes da Agência e/ou que afetam suas operações.

Diante do exposto, o referido risco é um potencial associado à exploração de uma ou mais vulnerabilidades de um recurso (ou conjunto de recursos) ou de processos, por parte de uma ou mais ameaças, com impacto negativo nos recursos afetados, por conseguinte na atividade e negócio da instituição.

A avaliação das práticas de segurança é realizada no desenvolvimento de qualquer sistema relevante, tornando o processo de concepção dos sistemas construídos dentro da Agência, mais confiável e com controle de auditoria, atendendo aos requisitos e metodologia interna, assegurando que as informações processadas sejam protegidas.

Palmas, 12 de agosto de 2024.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Diretora-Presidente

JARDEL CRYSTIANO NUNES RIBEIRO

Diretor Administrativo e Financeiro

ELAINE MARIA DE MATOS

Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO

Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

Brasília – DF, 12 de setembro de 2024

Ilmo. Srs.

Conselheiros de Administração e Acionistas da

Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A

CNPJ N  05.474.540/0001-20

Relatório do auditor independente

1  semestre do exercício financeiro findo em 30/06/2024

Em conformidade com NBCTA 700 e NBC TA 200

Brasília- DF 2024

1

Ilmo. Srs.

Conselheiros de Administração e Acionistas da

Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A

CNPJ N  05.474.540/0001-20

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A** que compreendem as Demonstrações Contábeis compostas pelo Balanço Patrimonial – **BP**; Demonstração do Resultado do Exercício – **DRE**; Demonstração do Resultado Abrangente – **DRA**; Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido – **DMPL**; Demonstração do Fluxo de Caixa – **DFC**; e Notas Explicativas do período referente ao 1  semestre do exercício financeiro de 2024 (01/01/2024 a 30/06/2024), assim como o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A** em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente em relação a Lei das sociedades por Ações (**Lei 6.404/76**); assim como as Instruções emitidas pelo Banco Central – **BACEN** e o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – **COSIF** conforme **Resolução BACEN n  4858/20**.

Diante de nossos achados e das conclus  es obtidas, reconhecemos que a **Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A** vem desenvolvendo as atividades satisfatoriamente e cumprindo com os critérios legais, técnicos e de eficiência na gestão de seus recursos e patrimônio.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na se o a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstra es Contábeis".

Somos independentes em rela o   Institui o, de acordo com os princípios  ticos relevantes previstos no Código de  tica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades  ticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informa es que acompanham as demonstra es financeiras e o relatório do auditor

A Administra o da **Agência de Fomento do Estado do Tocantis S.A**   responsável por essas outras informa es que compreendem o relatório da administra o.

Nossa opinião sobre as demonstra es financeiras não abrange o relatório da administra o e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstra es financeiras, nossa responsabilidade   a de ler o relatório da administra o e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstra es financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distor o relevante no relatório da administra o, somos requeridos a comunicar esse fato.

Após concluídos nossos trabalhos de auditoria, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administra o pelas Demonstra es Financeiras

A administra o da **Agência de Fomento do Estado do Tocantis S.A**   responsável pela elabora o e adequada apresenta o dessas Demonstra es Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elabora o de Demonstra es Contábeis livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elabora o das Demonstra es Contábeis, a administra o   responsável, pela avalia o da capacidade de a Institui o continuar operando, divulgando seus serviços e quando aplicável, reportar os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elabora o das Demonstra es Contábeis, a não ser que a administra o pretenda liquidar a Institui o ou cessar suas opera es, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das opera es.

Os responsáveis pela governança da Institui o são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elabora o das Demonstra es Contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstra es Contábeis.

Nosso objetivo   o de obter segurança razoável de que as Demonstra es Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distor es relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável   um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distor es relevantes existentes.

As distor es podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econ micas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstra es Contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distor es relevantes nas Demonstra es Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detec o de distor o relevante, resultante de fraude   maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsifica o, omissão ou representa es falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Institui o.
- Avaliamos a adequa o das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulga es feitas pela administra o.
- Concluímos sobre a adequa o do uso pela administra o, da base contábil de continuidade operacional, e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em rela o a eventos ou condi es que possam levantar d vida significativa em rela o   capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar aten o em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulga es nas Demonstra es Contábeis ou incluir modifica o em nossa opinião, se as divulga es forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condi es futuras podem levar a Institui o a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresenta o geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstra es Contábeis, inclusive as divulga es e se as Demonstra es Contábeis representam as

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências  ticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e, comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Atenciosamente,



Reinaldo Santos Oliveira Junior

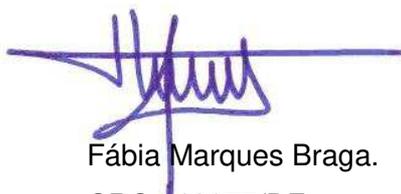
CRC 006350/SE.

Responsável Técnico: Reinaldo Santos Oliveira Junior
- CRC 006350/SE - CVM 12.629 - Auditor registrado no CNAI - Cadastro Nacional de Auditores Independentes sob número 4309.



José Marcos Mota Bezerra Júnior.

CRC DF- 028585/O-8.



F bia Marques Braga.

CRC 013977/DF.

Responsável Técnica: Fábiana Marques Braga – CRC 013977/DF – Auditora registrada no IBRACON
– Instituto dos Auditores Independentes do Brasil sob número 5217.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 03 de outubro de 2024, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2024, apreciou o Relatório da Administração, as respectivas Notas Explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e demais documentos referentes ao primeiro semestre e, assim, diante das peças apresentadas e após a análise de toda a documentação, referente ao período e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da METROPOLE – Auditores Independentes Associados S/S, registrou sugestões e ressalvas, entendeu que a Prestação de Contas representa, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 03 de outubro de 2024.

BRUNO BARRETO
CESARINO
Presidente

JOSÉ PEDRO DIAS
LEITE
Membro

SEBASTIÃO PEREIRA
NEUZIN NETO
Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 29 de outubro de 2024, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao primeiro semestre de 2024, findo em 30/06/2024, apreciou o Relatório da Administração, as respectivas Notas Explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, Comitê de Auditoria, do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao término do exercício e, assim, diante das peças apresentadas e após a análise de toda a documentação, referente ao período e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da METROPOLE – Auditores Independentes Associados S/S, entendeu que a Prestação de Contas representa, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 29 de outubro de 2024.

LYNDON JOHNSON PORTILHO DO PRADO
Presidente

CLERSON DALVANI REIS
Vice-Presidente

ANDERSON LUIZ JUSTINO MARTINS
Membro

DENISE ROCHA DOMINGUES
Membro

ANTONIO BANDEIRA COSTA MARTINS
Membro

LUIZ CARLOS CARNEIRO
Membro